



DIREITO DO TRABALHO



Estratégia
OAB

III SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO DO TRABALHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Milene Leite laborou para o Supermercado Bom Preço LTDA. no período de 01/03/2023 a 01/09/2025. Em 10/10/2025, ajuizou Reclamação Trabalhista em face de sua ex-empregadora, postulando o pagamento de diferenças de horas extras, acrescidas do adicional legal de 50% (cinquenta por cento) e respectivos reflexos, bem como o pagamento de adicional noturno, ambos com incidência de juros de mora e correção monetária. O MM. Juiz da 42ª Vara do Trabalho de Campinas/SP julgou a ação totalmente procedente, não tendo sido interposto qualquer recurso pela Reclamada. Com o trânsito em julgado, iniciou-se a fase de liquidação, sendo as partes intimadas para apresentação de cálculos. A Reclamante apresentou seus cálculos de liquidação, aplicando os índices de correção monetária a partir de cada mês da prestação dos serviços. A Reclamada permaneceu inerte, razão pela qual o juízo de primeiro grau homologou os cálculos apresentados pela credora. Na sequência, a Executada foi regularmente citada para pagamento, mantendo-se, novamente, silente. Em razão da ausência de pagamento no prazo legal, a Exequente requereu a aplicação da multa prevista no art. 523, §1º, do Código de Processo Civil, com o acréscimo de 10% sobre o valor da execução, pedido que foi acolhido pelo Juízo, dando-se prosseguimento aos atos executórios. Esgotadas as tentativas de localização de bens da pessoa jurídica capazes de satisfazer o crédito exequendo, a Exequente requereu a desconsideração da personalidade jurídica, pedido que foi acolhido ao final do julgamento do respectivo incidente, com o redirecionamento da execução em face de Bruno Monteiro, ex-sócio da empresa. Ressalte-se que Bruno Monteiro havia se retirado regularmente da sociedade em 01/04/2023, fato devidamente registrado nos órgãos competentes, antes mesmo do ajuizamento da reclamação trabalhista, uma vez que concluiu sua formação em odontologia e passou a exercer nova atividade profissional. Em decorrência do redirecionamento da execução, o referido ex-sócio recebeu a visita de um Oficial de Justiça, tendo sido penhorado seu seguro de vida, bem como bens móveis existentes em seu consultório odontológico, indispensáveis ao exercício de sua atividade profissional, até o montante da execução.

QUESTÃO: Na qualidade de advogado(a) constituído(a) por Bruno Monteiro, apresente a medida processual cabível para a defesa de seus interesses, indicando os fundamentos jurídicos pertinentes.

A simples menção ou transcrição de dispositivos legais não assegura a pontuação. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Fernanda Alves foi empregada de uma empresa de consultoria e gestão de redes varejistas pelo período de 7 anos. Inicialmente, exerceu suas atividades na cidade de Aracaju/SE e, em razão do desempenho profissional apresentado, foi promovida a cargo de confiança, sendo transferida, por determinação do empregador, para a cidade de Curitiba/PR, com todas as despesas de mudança integralmente custeadas pela empresa. Em razão da transferência, Fernanda mudou-se com sua família, adquiriu imóvel residencial, matriculou seus filhos em instituição de ensino local e permaneceu laborando em Curitiba por aproximadamente 4 anos, sem qualquer previsão de retorno à cidade de origem. Posteriormente, em decorrência de dificuldades financeiras, a empresa encerrou definitivamente suas atividades em 15/08/2019, ocasião em que Fernanda foi dispensada sem justa causa. Após a rescisão contratual, Fernanda passou a residir em Salvador/BA, local onde ajuizou reclamação trabalhista, postulando o pagamento de adicional de transferência referente a todo o período em que trabalhou em Curitiba.

Considerando a situação apresentada, na qualidade de advogado(a) da empresa, responda aos itens a seguir.

A) Considerando que a empresa não possui filial, agência ou qualquer atividade econômica no Estado da Bahia, qual a medida processual adequada em relação ao ajuizamento da reclamação trabalhista nesse local? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Quanto ao pedido de adicional de transferência, qual deverá ser a tese de defesa da empresa? Justifique. (Valor: 0,60)

2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em determinado processo trabalhista eletrônico, o reclamante exerceu a função de coordenador de relacionamento em instituição financeira e, embora percebesse gratificação de função de 55% sobre o salário do cargo efetivo, ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento da 7ª e 8ª horas como extraordinárias. A reclamada não compareceu à audiência inaugural, razão pela qual foi declarada revel, com aplicação dos efeitos da confissão quanto à matéria de fato. Ao final, a sentença julgou o pedido procedente. Posteriormente, a instituição financeira interpôs recurso ordinário, o qual foi conhecido e, ao final, provido pelo Tribunal Regional do Trabalho, reformando a sentença.

Diante do exposto, responda de maneira fundamentada:

- A) Foi correto o conhecimento do recurso ordinário, considerando que foi decretada a revelia em primeiro grau? Justifique. (Valor: 0,65)
- B) O Tribunal Regional do Trabalho poderia reformar a sentença, considerando a existência de confissão quanto à matéria de fato? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Larissa Campos atua como comissária de voo em uma grande companhia de transporte aéreo e ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de periculosidade, sob o argumento de que permanecia em área considerada de risco durante o procedimento de abastecimento das aeronaves, o qual era realizado com a tripulação a bordo. Em situação distinta, Patrícia Moreira, vizinha de Larissa, exerce suas atividades em uma indústria química, percebendo adicional de insalubridade há vários anos. Contudo, após alteração normativa promovida pela autoridade competente, a atividade desempenhada por Patrícia foi retirada do rol de atividades insalubres, deixando a empresa de efetuar o pagamento do respectivo adicional.

Considerando as duas situações apresentadas, à luz da legislação vigente e do entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, responda de forma fundamentada:

- A) Larissa Campos faz jus ao pagamento do adicional de periculosidade, em razão das condições de trabalho descritas? Justifique. (Valor: 0,65)
- B) No caso de Patrícia Moreira, é lícita a supressão do adicional de insalubridade pela empresa? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Rafael Mendonça, bacharel em Educação Física e fisioterapeuta, foi contratado pela empresa Centro Esportivo Vida Ativa S/A, com registro regular em sua CTPS. Sua jornada de trabalho era cumprida de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com uma hora de intervalo intrajornada. Durante a jornada contratual, Rafael ministrava aulas coletivas de treinamento funcional, com duração média de 45 minutos cada, e, além disso, realizava atendimentos fisioterápicos previamente agendados, nas dependências da empresa Clínica Vida Ativa Ltda., pessoa jurídica distinta, pertencente ao mesmo conglomerado empresarial, sem que houvesse anotação em sua CTPS relativamente a tais atividades. Após a dispensa sem justa causa, Rafael pretende ajuizar reclamação trabalhista.

Considerando a situação apresentada, responda, de forma fundamentada, às questões a seguir:

- A) Na situação descrita, é possível reconhecer a existência de mais de um contrato de trabalho? Justifique. (Valor: 0,65)
- B) Havendo identidade de sócios entre as empresas envolvidas, é possível o reconhecimento de grupo econômico? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

